

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**José Maria Rodrigues** (Gondim, Valença, 27-6-1857- Lisboa, 20-1-1942)

Nascido em Gondim, no Minho, filho de lavradores, José Maria Rodrigues iniciou tarde os seus estudos. Só a partir de 1866, e graças a uma herança vinda do Brasil, teve o primeiro mestre, em Valença – o cónego Vaz, cujas lições o prepararam para o exame da instrução primária (12-5-1870) e para a admissão ao liceu (2-7-1870). Qualquer uma destas provas, realizou-a JMR em Braga, cidade onde ingressaria no Seminário e onde, em 1880, acabou por receber ordens de presbítero. De imediato seria capelão da Universidade de Coimbra, na qual em 1878 começara a frequentar o curso de Direito. Por que motivo o abandonou, para o trocar, em 1881, pelo de Teologia, especula-se. Certo é que, discípulo premiado, com textos prontamente difundidos na *Civilização Catholica* (1881-1882); polemista com Camilo Castelo Branco, em 1882-1883; autor de uma dissertação sobre “O Positivismo e a Moral”, editada n’*O Instituto*, entre 1884-1885, bem como de uma intervenção audaz, de conotações regalistas, objecto de censura pela Congregação do Santo Ofício romano, mas afinada pela voz de personagens influentes da *alma mater* e logo – com patrocínios? – dada ao prelo (*A Faculdade de Theologia e As Doutrinas que Ella Ensina*, 1886); doutor a 5 de Fevereiro de 1888, JMR completava assim auspiciosamente uma primeira etapa do seu percurso de vida, adiante alargado até Lisboa.

Em Coimbra, obtido o grau de doutor, JMR tornou-se lente substituto e secretário da Faculdade de Teologia. Foi também bibliotecário da Universidade. A leccionação a um nível superior não constituiu a sua estreia pedagógica; tão-pouco seria entrave a mais experiências. Gozando da confiança de Jaime Moniz, JMR não só colaborou na definição do plano de reforma do Ensino Secundário (1895), como, por convite do ministro do Reino, João Franco, seria chamado a exercer funções substantivas na sua implementação. Entre 1895 e 1902, JMR foi reitor do liceu do Carmo, e à impressão gerada neste desempenho deveria um outro apelo, que aceitou: o de ser preceptor, para o latim e o português, do príncipe D. Luís Filipe e de seu irmão, o futuro D. Manuel II.

São desse tempo publicações como “A Universidade Lisboa-Coimbra. Capítulo de uma Obra Allemã Traduzido e anotado” ou “Nota sobre o ensino do hebreu em Portugal na actualidade” (*Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano. Secção Portuguesa*, 1892). Compondo relatórios do trabalho levado a cabo ou reflectindo sobre o que julgava importante cumprir, JMR concede, amiúde, relevo à História. Vemo-lo



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

lamentar, por contraste com “os paizes mais adeantados”, a ausência de eruditos portugueses nos arquivos do Vaticano, abertos à consulta desde 1880 (“Nota sobre a necessidade de nos Archivos do Vaticano se fazerem investigações concernentes á Historia de Portugal”, 1892). Além de um patriotismo porventura ferido e exacerbado pela crise de 1890 (“E nós os portugueses o que temos feito? Nada – triste é dizel-o.” – p. 9), argumentos concretos sustentam o seu discurso: “Entre as publicações subsidiadas pelo governo portuguez, ha principalmente duas, que ficarão incompletas, se não se fizerem pesquisas nos archivos do Vaticano. Refiro-me aos *Portugaliae Monumenta historica* e ao *Corpo diplomatico portuguez*.” (p. 10). Talvez por isso, e talvez porque não deixasse esquecer tal cuidado, JMR seria escolhido, em 1914, para explorar nos célebres arquivos, ao longo do ano lectivo de 1915-1916, documentação envolvendo as relações de Portugal com a Santa Sé. A Grande Guerra, porém, arruinou este projecto.

Na viragem para o século XX, mais optimista se mostrava JMR quando o assunto era o ensino. Em “L’Instruction Secondaire en [sic] Portugal” (1900), escudado em autoridades francesas e alemãs, orgulhava-se de seguir “les principes de la pédagogie moderne” (p. 16), e sublinhava, em particular, acerca do programa e da metodologia em História: “L’enseignement de l’histoire doit être donné de façon à développer chez les élèves l’intelligence, l’imagination et la volonté morale, le sentiment artistique, le sens historique et l’amour de la patrie et de l’humanité.” (p. 14). Em 1903, numa conferência de “propaganda” proferida no Centro Regenerador Liberal (fundado por João Franco), insistia na ideia de que “da instrucção e da educação de um povo está essencialmente dependente a sua prosperidade material e a sua preponderancia política.” “Sem instrucção e educação popular, não póde haver opinião publica, e sem opinião publica as instituições liberaes estão fatalmente condemnadas a não passarem de pura ficção.” – advertia, preconizando, como decisivo, “um sytema de ensino secundario intellectualmente completo, de facil accesso e moralmente vigoroso.” (“A educação e a instrucção nacional. [...]”. *Diario Illustrado. Regenerador-Liberal*, 21-6-1903, f. 1).

Finda a missão como reitor do liceu do Carmo, em 1902, JMR optara por se fixar em Lisboa, dedicado ao magistério da Filologia latina no Curso Superior de Letras. Os laços que continuavam a uni-lo à Faculdade de Teologia seriam dissolvidos a 19 de Abril de 1911, sob a República, na altura em que a escola foi extinta e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, então criada, procurou absorver o seu corpo docente. JMR preferiu acompanhar a metamorfose do Curso Superior de Letras, passando a ser, em Junho de 1911, professor da também nova Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aí iria jubilar-se, catedrático, em Outubro de 1927. Das relações estabelecidas e do reconhecimento suscitado, falam o título de doutor *honoris causa*, atribuído pela Universidade de Coimbra, ou a condecoração como Grande Oficial da Ordem da Instrução, ambos de 1922. Não menos eloquente é o vínculo a Grémios e Academias: *v.g.*, a Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado ou a Academia das Ciências, em cuja secção de História teve lugar como sócio efectivo, e da qual chegou a ser, entre 1925 e 1927, presidente da classe de Letras. Nestas décadas, copiosa é a produção bibliográfica, na qual se distinguem três áreas de interesse, não raro entrecruzadas: a História, a Filologia e a Camonologia.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Com *Os Lusíadas* – gostava de lembrar JMR – “não se aprende só a amar a pátria e, como consequência disso, a empregar todos os esforços para a tornar credora da consideração dos outros países. Por êles ficamos sabendo também como se afunda, como perece uma nação.” (“Lição inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos”, 1927, p. 80). Ao homenagear a memória do Príncipe Luís Filipe, JMR enfatizou que para ele havia empreendido “os seus estudos camoneanos” (“Camões e a Infanta D. Maria”, 1910). Sem mentir, poderia acrescentar que esse seria o rumo predominante do seu labor. Em 1905, saíram as *Fontes dos Lusíadas* – resultado de um esforço positivista, assente na convicção de que o confronto do texto do poeta com o de suas hipotéticas ou efectivas matrizes permitiria compreendê-lo melhor e, eventualmente, emendar erros que o afectassem. Petrarca, Boccaccio, Ariosto ou Marcantonio Sabellico são trazidos à colação, bem como autores nacionais e uma pluralidade de géneros. Na epopeia – havia de frisar JMR –, Camões terá desejado guardar, “como em um museu, muitas particularidades de construção gramatical, de fonética, de métrica, de ortografia, etc., que encontrou nos livros portugueses que lhe serviram de fonte.” (“Pontos de contacto entre A linguagem do «D. Quixote» e a de «Os Lusíadas»”, 1931, p. 14). Todos os pormenores seriam, pois, dignos de atenção. Daí contributos como “Dois versos dos *Lusíadas*” (1911), “Algumas observações a uma edição comentada dos *Lusíadas*” (1915) ou “Notas para uma edição crítica e comentada dos *Lusíadas*” (1920). Animados, em alguns pontos, pelo espírito de controvérsia, estes artigos são exemplos de micro-leitura ou de uma prática de escoliasta que JMR estendeu às suas edições da épica de Camões: a de 1921, fac-similada; a de 1928, com grafia modernizada. Feita “por amor de Portugal e do poema”, esta “Edição Nacional” era o fruto de uma parceria com Afonso Lopes Vieira.

Simbólico galardão, JMR havia tido já, em 1925, o privilégio de inaugurar a cadeira de Estudos Camonianos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (e manteria essa regência, depois de jubilado). Era como a conversão e a consagração dos cursos livres que vinha oferecendo. E, embora asseverasse que a cátedra parecia destinada a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tratou de acentuar a distância que da “Mestra” o separava. Prefaciando *A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro. Conferência plenária* [de Ricardo Jorge] (1921), a “ilustre professora” aplaudira os que, ao apurarem “factos, substituem lendas fantasiosas e interpretações arbitrárias por história documentada” (p. XV); “hispanófila” (p. XIV), repudiava a “acanhada desconfiança com que muitos desejariam fechar as fronteiras, para evitar infiltrações estrangeiras, com medo de que elas pudessem desnacionalizar a literatura” (p. XXXIV). Limitar-se-ia a visar Teófilo Braga? Nos antípodas, a “Lição inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos” era a afirmação de um JMR determinado a “averiguar” os amores de Camões (p. 90) e a protestar: “Camões é, da primeira até à última estância do seu poema, o cantor da pátria portuguesa, o cantor dos Lusíadas, e não o dos Iberos, dos Hispanos. *Os Lusíadas* são única e exclusivamente a Bíblia política portuguesa.” (1927, p. 79).

De seus pares, JMR não costuma tecer extensos encómios. Sim, compraz-se em saudar figuras como Afrânio Peixoto ou Francisco Rodríguez Marín. Na “Lição inaugural”, rende “o preito da [sua] ilimitada



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

admiração” a Carolina Michaëlis e, sem rasurar dissensões, evoca Teófilo Braga e Epifânio Dias como “dois notáveis mestres” (1927, p. 68). Em artigos *in memoriam*, elogia Luciano Pereira da Silva (1927) e volta a louvar Carolina Michaëlis, mas é sintomática a orientação deste texto (“D. Carolina Michaëlis e os Estudos Camonianos”, 1927). JMR divide-se, por um lado, entre o anseio de ter a seu favor a autoridade da prestigiadíssima filóloga, e, por outro lado, uma crispação que não logra ou não quer dissimular nas menções aos “camonistas estrangeiros” (*maxime*, Wilhelm Storck) que, “para vergonha nossa”, vêm apontar na obra de Camões “erros crassos” (p. 47), cometidos na sua transmissão: “Foi da Alemanha – é pouco airoso para nós termos de o confessar, mas assim o exige a justiça – foi da Alemanha que partiu a reacção contra esta incrível falta de senso crítico.” (p. 53). Se tivesse ocorrido mais cedo, talvez a entrada em cena de Afonso Lopes Vieira conseguisse atenuar clivagens e aproximar JMR e Carolina Michaëlis. Nesse apoiante do Integralismo Lusitano ganhou JMR, a partir de meados da década de 20, um “prestimoso colaborador”. A época seria agitada, pois não faltaram críticos – alguns, ávidos de polémica, como A. Sousa Gomes, obstinado na identificação açoriana da Ilha dos Amores (Hernâni Cidade, “Estudos Camonianos. A última polémica do Prof. José Maria Rodrigues”).

JMR não fugia de contendas. Nem abdicava do “sagrado direito de defesa” (*A Faculdade de Theologia* [...], 1886, p. 9) nem prescindia de “ser o último a falar”, sabendo que esse pode ser o “critério definitivo da vitória” (“Episódios da «Questão da Sebenta»”, 1934, p. 9). Em Coimbra, em 1882-1883 atrevera-se a um duelo verbal com Camilo, que (contra-atacando o Dr. Avelino César Calisto, pelos remoques que a sua Sebenta de Direito Eclesiástico Português endereçava ao *Perfil do Marquês de Pombal*) beliscara a noção da infalibilidade do Papa. Recém-doutor, em 1889, perseveraria na contestação movida em *A Faculdade de Theologia e As Doutrinas que Ella Ensina: além d’ A Sagrada Congregação do Concílio* (obra condenada pelo Santo Ofício romano), lançou *A Verdade. Publicação Periodica* de que era o único redactor e que, nos seus dois efémeros números, assestava baterias contra a alegada intromissão do Bispo-Conde, D. Manuel de Bastos Pina, na Academia. Advogava JMR: essa superintendência competia ao Estado.

Após décadas de relativa paz, a veia combativa ressurgiu (mera coincidência?) com a sua jubilação. É verosímil que por iniciativa do Autor fossem publicados os *Autos de investigação requerida pelo Reverendíssimo Dr. José Maria Rodrigues* (1928) – um folheto de vinte e duas páginas, limpando a mácula espalhada por António Cabreira, que fizera soar no jornal *Os Ridículos* suspeitas de que “um certo padre, muito conhecido pela sua erudição, de feitio muito solene” (p. 4), era maçom. Quase queirosiano – quase mais um *episódio da vida romântica* –, o caso denuncia o carácter contraditório de uma sociedade que tão rapidamente exhibe tensões como, em face da Igreja ou de uma instância disciplinadora, recupera a aparência da concórdia. Com efeito, tudo se esfuma em retractações: seria um mal-entendido, no rescaldo de debates a propósito do Milagre de Ourique; era o resto de “rixas académicas que provocaram um certo azedume” (*Autos...*, p. 13).



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

De entre as discussões travadas no espaço público, com eco em jornais e revistas, duas avultam. Ao desafio protagonizado por Gago Coutinho, que numa sessão da Academia das Ciências refutara leituras veiculadas na “Edição Nacional” d’*Os Lusíadas* (1928), JMR contrapôs “A dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas», V, 4-13, e as objecções do Sr. Almirante Gago Coutinho” (1929). Depois, em réplicas sucessivas, durante cinco anos, assistir-se-ia a um braço-de-ferro. Sem alterar argumentos, JMR impacientava-se e, defendendo “Pela quarta vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas»” (1932), ironizava: “Quando escrever o meu opúsculo *Pela decima quinta vez a dupla rota de Vasco da Gama em Os Lusíadas*, ainda me hei-de ver obrigado a repetir ao sr. Almirante o que agora digo pela terceira vez” (p. 18). O cálculo pecou por excesso, mas o despique cresceu até “Pela sexta vez, a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas», V, 4-13” (1934).

De acordo com JMR, será detectável n’*Os Lusíadas* um processo de contaminação: ao narrar o princípio da viagem do Gama, Camões ora sugere a rota indicada na historiografia quinhentista (Lisboa, leste das Canárias, Santiago), ora uma alternativa afeiçoada ao que empiricamente testemunhara (Lisboa, Madeira, Cabo Verde). À pergunta “Como é que o Poeta atribue a Vasco da Gama o que se passou consigo próprio?” (“A dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas», V, 4-13 [...]”, 1929, p. 15), JMR, apoiado quer em textos cronísticos e em roteiros, quer na análise dos versos épicos, responde: “O que não seria permitido a um historiador, pôde Camões fazê-lo como Poeta.” (p. 20). Esta destrição aristotélica do campo e dos códigos do poeta e do historiador, peremptória a respeito da épica, JMR apagava-a ao ocupar-se da lírica, em cuja “realidade” piamente acreditou. Com base nesse credo, partilhado, aliás, por coevos como Teófilo Braga ou Wilhelm Storck, poesia era sinónimo de “documento autobiográfico”, e “ter a chave da vida amorosa de Camões” seria ter “a da exegese da maior parte das suas rimas” (“D. Carolina Michaëlis e os Estudos Camonianos”, 1927, p. 56). Equacionando assim a sua leitura, JMR montou uma “tese” obsessiva, propalada em “Camões e a Infanta D. Maria” (“A ardente paixão do tresloucado poeta pela formosa, instruída e sisuda filha do *Rei venturoso* constitue, como *a priori* se pode presumir, o ponto culminante da sua atormentada vida.” – 1910, p. 5); uma “tese” reiterada até quando novos elementos, respigados em velhos manuscritos, a perturbavam. Como conciliar o Camões de altos amores com o de cartas que o revelavam “cronista de espancamentos” e “historiador dos feitos das criaturas que êle próprio chama «ninfas de água doce» e «damas de aluguer»”? (“Comentário da carta inédita”, 1925, p. 151). Efabulando quedas e redenções, crimes e castigos, JMR recusa-se a desistir da “tese da Infanta”, que alastra por quanto escreve, seja o texto enviado para a Exposição Portuguesa em Sevilha (1929), seja o capítulo da *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, de Albino Forjaz Sampaio (1930), sejam pequenos artigos que prometem, alvissareiros, o desenrolar de uma novela: “Camões. A crise amorosa de Ceuta e as suas consequências” (1930), “O exílio de Camões para as Molucas” (1934) ou “Camões: As suas declarações de amor à Infanta D. Maria e as consequências que daí lhe advieram” (1938).

JMR não ignorava em absoluto que, no âmbito de uma poética classicizante, a imitação e a emulação de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

modelos seria crucial. Esporadicamente, recorda Petrarca ou Sannazzaro. No entanto, a essa consciência sobrepôs o fascínio pela *imitatio vitae*. E porque, a seus olhos, a poesia lírica espelha a vida e Camões não canta senão “puras verdades”, à “tese da Infanta” subordinou a arquitectura da *Lírica* – uma edição que vãmente apelidou de “crítica” e que de novo contou com a cooperação de Afonso Lopes Vieira (1932). Se a ambição de reconstituir “uma espécie de vivíssimo *diário*” exigia a eliminação de apócrifos acumulados ao longo de séculos, o cunho vago e impressionista da triagem executada (“sujeitámos cada composição ao tríplice critério da qualidade da linguagem, do significado psicológico e do valor intrínseco” – p. XXX) desenha um círculo vicioso: subjacente à selecção e validando-a, a “tese da Infanta”... Contra este biografismo, manifestaram-se António Sérgio, Alfredo Pimenta ou Domingos Maurício, *S.l.* JMR reagiria em “A tese da Infanta nas Líricas de Camões. Com uma carta de Afonso Lopes Vieira” (1933). Fiel ao seu hábito, conservou-se inabalável, sem questionar a subjectiva arbitrariedade das conjecturas que o impeliam a jogar com os textos como se fossem peças de um *puzzle* ou provas de uma intriga.

JMR não foi um *historiador*. Verificamo-lo também pelos trabalhos que mais directamente se enquadram neste género: uma edição, em que terá intervindo na qualidade de filólogo (*Registos Paroquiais da Sé de Tânger*, 1922); intervenções de circunstância, onde perpassa a vontade de salientar Portugal, como “A propósito do Descobrimento da Austrália pelos Portugueses” (1931). JMR é alguém que não dispensa, no seu horizonte, a História como disciplina e saber nobre, par da Filologia ou da Geografia, e adjuvante na compreensão da Literatura. No entanto, a sua própria historicidade pode cegá-lo, como em “Sôbre a interpretação de um passo de «Os Lusíadas» (I, 6-7)” (1930). Que, na dedicatória da epopeia, D. Sebastião seja a “maravilha fatal da nossa idade,/ Dada ao mundo por Deus, que todo o mande” (I, 6), parece-lhe um erro editorial. Fechado na sua mundividência; alheio ao que, na retórica panegírica do proémio, infringia a sua *doxa*; desprezando a dimensão histórica da ideia de V Império, JMR classifica de “despautério” (p. 19) uma leitura que atribuisse a Camões “o que o simples bom senso lhe não permitiria escrever, isto é, que D. Sebastião foi dado ao mundo por Deus, para mandar todo o mundo.” (p. 18).

Foi a medição do passado por critérios do presente que inclinou JMR a extrair conclusões erróneas, e paradoxalmente foi o seu empenho em considerar a Literatura como fenómeno histórico, enraizado numa realidade biográfica, que o conduziu ao maior dos equívocos. As fragilidades da sua obra valem como um aviso, a todos útil – aos historiadores também.

**Bibliografia activa:** *A Faculdade de Theologia e As Doutrinas que Ella Ensina pelo Padre José Maria Rodrigues quintannista de Theologia*, Coimbra, Imprensa Literaria, 1886; “Nota sobre a necessidade de nos Archivos do Vaticano se fazerem investigações concernentes á Historia de Portugal”, Sep. *Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano. Secção Portuguesa*, 1892; “L’Instruction Secondaire en Portugal”, Sep. *Exposition Universelle de 1900. Section Portugaise*; “Camões e a Infanta D. Maria”, Sep. *O Instituto*, 1910; “Comentário da carta inédita”, *Lusitania*, fasc. V-VI, 1925, pp. 145-157; “Lição inaugural da

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cadeira de Estudos Camonianos. Importância e dificuldades destes estudos”, in *Livro Comemorativo da Fundação da Cadeira de Estudos Camonianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, pp. 67-93; “D. Carolina Michaëlis e os Estudos Camonianos”, *Lusitania. Revista de Estudos Portugueses*, fasc. X, 1927, pp. 45-60; “Sôbre a interpretação de um passo de «Os Lusíadas» (I, 6-7)”, Separata da *Revista de Cultura*, n.º 41, 1930; “Pontos de contacto entre A linguagem do «D. Quixote» e a de «Os Lusíadas»”, Sep. *O Terceiro Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa*, 1931; *Lírica de Camões. Edição crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; “Pela quarta vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas»”, Sep. *Biblos*, IX, 1932; “A tese da Infanta nas Líricas de Camões. Com uma carta de Afonso Lopes Vieira”, Sep. *O Instituto*, vol. 85, n.º 1, 1933; “Episódios da «Questão da Sebenta»”, Sep. *Boletim da Segunda Classe*, XIX, 1934.

**Bibliografia passiva:** Branco, Camillo Castello, “Sebenta, Bolas e Bullas”, in *Bohemia do Espirito*, Porto, Civilização, 1886, pp. 261-373.; Bujanda, J. M. de, *Index Librorum Prohibitorum, 1600-1966*, Montréal/Genève, Médiaspaul/Librairie Droz, 2002.; Cidade, Hernâni, “Prof. Doutor José Maria Rodrigues”, *Revista da Faculdade de Letras*, VIII, 2.ª série, n.ºs 1 e 2, 1942, pp. 6-11.; Cidade, Hernâni, “Estudos Camonianos. A última polémica do Prof. José Maria Rodrigues”, *Revista da Faculdade de Letras*, XXII, 2.ª série, n.º 1, 1956, pp. 321-331.; Coelho, Jacinto do Prado, “Elogio histórico de José Maria Rodrigues”, Sep. *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Letras*, VIII, 1963.; Coelho, Trindade, *In illo tempore*. Paris-Lisboa, Aillaud, 1902.; Cruz, Lúgia, “Cartas de D. Manuel II para o Doutor José Maria Rodrigues”, Sep. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 1980.; Fraga, Maria do Céu, “Século XX. A Influência dos Estudos Camonianos”, in *A Biblioteca Camoniana de D. Manuel II* (Coord. José Bernardes), Coimbra, Imprensa da UC, 2015, pp. 97-107.; Gonçalves, Francisco Rebelo, “Evocação de José Maria Rodrigues”, *Euphrosyne*, II, 1959, pp. 227-249.; Lopes, José da Mota, *Alfredo Pimenta e José Maria Rodrigues*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1972.; Murta, [José] Guerreiro, *Evocações*, Lisboa, Edição do Autor, 1970.; Santos, Domingos Maurício dos, “Mortos ilustres. O Dr. José Maria Rodrigues”, *Brotéria*, XXXIV, n.º 4, 1942, pp. 429-445.

**Recursos digitais:** CS e EVM, “José Maria Rodrigues”, <http://tecop.letras.ulisboa.pt>

Isabel Almeida